

## **CIDADES E PAISAGENS COMO BENS CULTURAIS NO PENSAMENTO EM GEOGRAFIA**

**Rafael Fabricio de Oliveira**

Doutorando em Geografia – UnB

Mestre em Geografia – UNESP (Rio Claro)

Endereço: Rua Luiz A. R. de Oliveira, 401 - Bairro S. José, Itu/SP - Brasil - CEP:13310-300

Telefone: (11) 9989-1688

rafabricio@gmail.com

Recebido 15 de julho de 2013, aceito 25 de agosto de 2013

**RESUMO-** O presente artigo busca fazer uma discussão do conceito de paisagem em geografia, levando em conta seu desenvolvimento na história do pensamento e tomando como fundamento norteador a emergência da questão do patrimônio histórico e cultural na sociedade contemporânea. Realiza-se para isso uma análise dos conceitos de cultura e natureza, que adjetivam a paisagem e subsidiam políticas e práticas de tombamento, proteção e salvaguarda de artefatos e elementos de interesse social em diferentes escalas espaciais.

**Palavras-Chave:** paisagem, cultura, cidade, patrimônio, geografia.

**ABSTRACT-** This paper proposes a discussion of the landscape concept in geography, considering the emergency of the historical and cultural heritage in the contemporary society. It is a synthesis analysis over the culture and nature concepts, which classify the landscape and contribute to the practices and protection politics of social interest elements.

**Key-Words:** landscape, culture, heritage, city, geography.

## INTRODUÇÃO

Enquanto parte do tratamento teórico de uma pesquisa de mestrado em geografia (Oliveira, 2012) e do resultado de debates configurados por ocasião do IX Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, realizado no período de 08 a 12 de outubro de 2011 em Goiânia (UFG), os procedimentos de sistematização deste artigo apoiam-se numa literatura vinculada à história do pensamento em relação ao conceito de paisagem e cultura na geografia moderna. Longe de uma estrutura lógico-formal, a sua construção remete a um diálogo permeado pelas contradições inerentes à produção do espaço geográfico contemporâneo, ora evidenciando possibilidades de realização da cidade pelo patrimônio cultural, ora apoiando-se na criticidade de um fenômeno tornado abstrato e distante de seus agentes fundadores.

Na primeira parte do texto evidencia-se o trabalho sob a perspectiva da cultura pela geografia, segundo diferentes autores, de origens marcadas pelo pensamento ocidental, sobretudo da Europa, Estados Unidos e, mais recentemente, por uma incipiente escola de pensamento formada no Brasil. Estas laudas não têm por objetivo avançar o tratamento conceitual ou de categorias, mas de sintetizar a produção acadêmica nesta perspectiva ao longo da história. Destacadamente das ciências humanas e sociais, relacionando o papel da geografia com os estudos da cultura, o que sem dúvida, não consubstancia plenamente a riqueza que o tema desperta, mas acredita-se provocar um olhar mais amplo e coeso sobre a trajetória processual do pensamento e das referências que suportam a ciência na contemporaneidade.

Num segundo momento, há esforço sobre o direcionamento da discussão entre natureza e cultura a partir da leitura de diferentes autores. Já que ambos os conceitos qualificam a paisagem, tanto em aportes teóricos, como em

referenciais práticos e normativos, assim também pela contribuição potencial que os autores revelam: sobre a ênfase da produção da natureza e o fim da dualidade entre natureza e cultura; a superação paradigmática por meio da quebra das profundas dicotomias que as ciências modernas construíram; da cidade como síntese do trabalho e de uma possível realização do homem pela apropriação da cultura.

Ao final, estabelece-se uma aproximação deste conteúdo com questões ligadas ao tema do patrimônio histórico e cultural, compreendendo o papel da paisagem no processo, os efeitos sociais de novas práticas espaciais, os sentidos gerados e difundidos por estas. Trata-se, por fim, de uma síntese que procura relacionar o pensamento e a prática da patrimonialização, de seus entraves e dilemas nas cidades, da dialética entre preservação e mercantilização, democratização e segregação, entre outras contradições inerentes a qualidade em que estas práticas se situam dentro do modo de produção capitalista. Possibilitando em grande medida não apenas a justificativa do empreendimento de uma pesquisa, mas de suas bases enraizadas em múltiplas leituras e de referências fundamentadoras de estudos envolvendo o temário do patrimônio cultural, a paisagem e a cidade.

### **A CULTURA E A PAISAGEM NO PENSAMENTO EM GEOGRAFIA**

Além dos nódulos centrais da construção do pensamento geográfico, firmados em torno da França e Alemanha, a efervescência da geografia nos países anglo-saxões, no início do século XX, trouxe acentuada produção no campo dos estudos sobre a cultura. Esta questão emerge de forma mais acentuada na análise alemã com Schlüter (1872-1959) e Passarge (1867-1958), na França com Paul Vidal de La Blache (1845-1918), Jean Brunhes (1869-1930), Maximilien Sorre (1880-

1962) e na geografia norte-americana com os trabalhos da Escola de Berkeley, em que Carl O. Sauer (1889-1975) foi um dos mais expressivos intelectuais. Sendo uma reação aos pressupostos do darwinismo social ou do determinismo ambiental, emergem correntes renovadas no âmbito desta ciência, com a afirmação de bases filosóficas revigoradas, em que a paisagem e a região tornam-se eixos centrais dos estudos.

### **O LEGADO NATURALISTA NA ABORDAGEM DA CULTURA**

Na analogia de Laraia (2001: 25), o conceito de cultura, ainda que já pensado desde o século XV, ou antes, foi definido entre uma mescla da expressão germânica *kultur*, utilizada para simbolizar os aspectos espirituais de uma comunidade, e a francesa *civilization*, referente às realizações materiais do grupo, que tomadas por Edward Tylor (1832-1917) e adaptadas ao vocabulário inglês se constituiria na palavra *culture*, definida por este último autor como “[...] todo o complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (Tylor, 1871 apud Laraia, 2001: 25).

Conforme tratado por Quaini (1983) a geografia humana nasce de uma ciência em que o aporte epistemológico que a sustenta respalda-se em uma visão dos fatores sociais cuja base teve sua gênese na ciência natural – isto ainda representa um problema aberto. Contorno científico que para R. Laraia (2001) seria traduzido pela ideia de determinismo geográfico<sup>1</sup>, em que o ambiente condicionaria de forma extrema a diversidade da cultura.

Ao defender que os estudos geográficos deveriam sempre partir de elementos concretos, visíveis, Paul Vidal de La Blache, um dos mais importantes

representantes na história da geografia francesa, estabelecia a necessidade de se perceber a realidade pela paisagem e de estruturá-la como imagem através de mapas (Capel, 1981). Autores deste período concordavam que o estudo da paisagem oferecia um método capaz de unir as várias dicotomias desenvolvidas pela geografia ao longo de sua formação (física-humana, geral-regional, urbana-rural, idiográfica-nomotética, entre outras). Por este prisma, a paisagem revelaria os efeitos multi-escalares dos fenômenos antrópicos e naturais sobre determinada área, que deveria ser descrita e classificada. Ainda conforme Capel (1981), a paisagem se converteu, desde os princípios do século XIX, num objeto essencial da investigação geográfica. Foi aceito que a combinação dos fenômenos na superfície terrestre se traduziria em diferentes tipos de paisagens num dado território, evidenciando interações entre os elementos físicos e estes com os grupos humanos. Neste sentido a paisagem torna-se representativa por suas interações, mais que por elas em si mesmas. A diferenciação espacial por regiões, análise corológica, também poderia ser traduzida pelas unidades de paisagens. Se a separação estabelecida entre as ciências humanas e naturais passava a dualizar cada vez mais a ciência geográfica, dificultando sua afirmação como campo do saber, a região resolvia provisoriamente esta questão, em que a paisagem pesava nos processos atinentes ao seu trabalho, sobretudo quando a emergência da geografia geral também atentava os trabalhos de cunho regional.

<sup>1</sup> “Estas teorias, que foram desenvolvidas principalmente por geógrafos no final do século XIX e no início do século XX, ganharam uma grande popularidade. [...] A partir de 1920, antropólogos como Boas, Wissler, Kroeber, entre outros, refutaram este tipo de determinismo e demonstraram que existe uma limitação na influência geográfica sobre os fatores culturais. E mais: que é possível e comum existir uma grande diversidade cultural localizada em um mesmo tipo de ambiente físico.” (Laraia, 2001: 21).

## ABORDAGEM PRIMITIVA DA CULTURA PELA GEOGRAFIA ALEMÃ E OS CONTORNOS DA PAISAGEM NA FRANÇA

Na Alemanha, o conceito de paisagem cultural *kulturlandschaft* foi introduzido por Otto Schlüter, influenciando diretamente o pensamento de Carl Sauer nos Estados Unidos e de alguns geógrafos franceses, como Jean Brunhes. O conceito de paisagem, revelado pela expressão alemã *landschaft* não possui tradução literal para a língua inglesa ou francesa, assim *landscape* e *paysage* não representam, respectivamente, o sentido real do termo, mas sendo praticamente análogos, dependendo do referencial que os subsidiam.

O geógrafo alemão Passarge também protagonizou esta fase, que se inicia no fim do século XIX e se estende até as primeiras décadas do século XX. De forma genérica, a escola de estudos da paisagem cultural alemã, neste momento inicial, se pautou no rigor metodológico de uma ciência preocupada com a imagem e as formas, mais que propriamente com seu conteúdo. Mesmo reconhecendo a sua influência nos estudos da paisagem pelos franceses e nos países anglo-saxônicos, o caráter determinista das análises ainda é preponderante neste período, enfraquecendo-se ao longo da primeira metade do século XX. Segundo Seemann (2005: 70), para Schlüter, por exemplo, ainda que requisitasse de outros elementos em seu trabalho, “a geografia humana tinha a paisagem como objeto de pesquisa e fundamentava-se na metodologia das ciências naturais [...]” Assim, complementa que “se religião, língua ou arte fossem objeto da disciplina, os limites da geografia se deslocariam para o infinito, porque a disciplina iria incluir ciências inteiras como a sociologia ou a economia” (Seemann, 2005: 70). Apesar das diferenças, estas questões também estiveram presentes nas análises francesas, influenciadas pelo caráter monolítico de seu método, buscando uma objetividade do visível, do concreto, colocada por seus principais representantes e em que a paisagem e a região eram os objetos fundamentais.

Na França, conforme Capel (1981), o desenvolvimento dos estudos da paisagem se arrolou adjunto às análises regionais, semelhantemente o que ocorria na Alemanha, mas com uma tradição pautada no historicismo de La Blache. Em que as observações sobre a sociedade e natureza não poderiam gerar e estabelecer limites, já que estas estão interpenetradas.

Para Jean Brunhes, um dos mais importantes representantes franceses destes estudos, a geografia deveria preocupar-se com a ação humana sobre o meio, buscando uma unidade entre os fenômenos físicos e humanos, que seria traduzida pela paisagem. Nesta união teórico-metodológica Maximilien Sorre, procurando também integrar a perspectiva da geografia física com a humana, expressa claramente que uma região se caracteriza pela combinação de paisagens, sendo estas a “expressão concreta de uma civilização” (Capel, 1981: 356). O conceito de região para os franceses era muitas vezes semelhantemente compreendido como paisagem pelos alemães. Conforme Paul Claval (2001), apesar do importante papel dos estudos da cultura pela geografia alemã e francesa ao longo da primeira metade do século XX, estes foram limitados e incapazes de compreender na totalidade a dinâmica dos comportamentos e ações humanas.

### **PAISAGEM E CULTURA NA GEOGRAFIA NORTE-AMERICANA**

Se alemães e franceses forjaram as bases para o desenvolvimento da geografia e dos estudos culturais no final do século XIX e meados do XX, nos Estados Unidos a Escola de Berkeley protagonizou um amplo conjunto de estudos e pesquisas nesta área, pioneiramente ao longo de cinquenta anos, entre a década de 1920 até 1970. “Carl Ortwin Sauer, criador e expoente máximo dessa escola, formou algumas gerações que fizeram a geografia avançar, deixando um grande legado para as gerações futuras” (Corrêa, 2001: 9).

Esta escola teve por características os estudos da morfologia das paisagens

culturais, pautados em aspectos e variáveis concretos da realidade. Apesar das críticas pelas correntes renovadas da geografia no pós-guerra, as contribuições no âmago da perspectiva cultural, dos diversos autores e discípulos de Sauer, permitiram um embasamento mais consolidado e plural das abordagens modernas na ciência geográfica. Como continuidade dos estudos alemães e franceses, a Escola de Berkeley produz importantes pesquisas sobre a cultura por um recorte espacial, que “[...] trata-se, pode dizer, de uma continuidade renovada [das perspectivas alemãs e francesas], aberta a novos desafios, com ênfase no significado dos objetos e ações humanas, além de forte sentido crítico da realidade.” (Corrêa, 2001: 28). Diante dos novos desafios e problematizações colocados em torno de questões sobre a cultura, principalmente nos idos da segunda metade do século XX, o conceito de paisagem se desdobra, agregando outras dimensões analíticas e aumentando expressivamente seu conteúdo. Gerando, ao fim de século, uma linha de trabalho que passa a destoar cada vez mais dos pioneiros, inclusive no Brasil. Fato que se estabelece em torno de gradativa crítica do conteúdo antecedente, sem romper em definitivo com a carga histórica própria destas escolas, atualizando e agregando novas variáveis, além de outras concepções epistemológicas resultantes do seu desenvolvimento.

De fato, qualquer linearidade que se estabeleça não corresponde fielmente com a realidade do processo histórico de “evolução” da geografia ou do estudo da paisagem e cultura mais particularizadamente, preenchida em si por rupturas e ciclos, conseqüentemente de difícil enquadramento ao plano de tendências brevemente apresentado. Em outras palavras, as delimitações em escolas de pensamento ou correntes da prática científica não correspondem necessariamente a uma homogeneidade de posicionamentos e acepções. Visam tão somente apontar certas pistas, unidades e diálogos de forma mais genérica dos indivíduos agrupados e do contexto histórico e geográfico de suas produções. Atentando



para o fato de que a pesquisa, apesar de produto de um contexto cultural, é resultante de um conjunto histórico mais amplo, não restringindo os estudos a possíveis classificações que são corriqueiras no presente.

### **TRANSFORMAÇÕES NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS NO PÓS-GUERRA**

As amplas transformações em todo o planeta a partir de 1940 passaram a exigir novas perspectivas analíticas das ciências humanas e sociais. A emergência de problemas – como a guerra fria, a heterogeneidade econômica entre os países do sistema mundo e um conjunto de crises econômicas e sociais provocado pelo embate entre as potências imperialistas e suas colônias – levou a geografia a se engajar em um processo mais amplo de radicalização no âmago de seu conjunto disciplinar.

Os métodos recorrentes nas ciências humanas e sociais sofreram adaptações do positivismo tradicional pensado por August Comte (1798-1857) e foram neste período aproveitados por diversos autores. No entanto, a fragilidade explicativa, além de uma prática científica falsamente destituída da política, ou ainda, distanciada de seu objeto, resultou em diversas reações sobre diferentes campos do conhecimento, que passaram a contestar pela crítica o papel real dessa “ação” na sociedade. Tal fenômeno esteve associado à concretização de novas matrizes, primeiro às bases do comportamento e da percepção, em que as dimensões pessoais e das subjetividades se sobressaem. Em outro sentido, a revisão da literatura marxista traz à tona um conjunto de adaptações e superações de seu conteúdo, resvalando-se na filosofia dialética, histórico-materialista ou neo-marxista. Autores como M. Foucault (1926-1984) e Henri Lefebvre (1901-1991), além da influência dos autores da Escola de Frankfurt, são quem balizam em grande parte o pensamento da geografia a partir deste período. Todavia, o

neopositivismo nas ciências humanas e sociais ainda se verifica paralelamente.

### **OUTRO CONTEXTO, OUTROS ESTUDOS DA CULTURA PELA GEOGRAFIA**

Entre 1940 e 1970 há uma retração verificada nos estudos da cultura em geografia, legada a um segundo plano pela emergência da escola quantitativa e regional de base hartshorniana (Claval, 1999 apud Corrêa, 2011). Mesmo assim, diversas questões aproximam-se deste campo temático, agora num sentido em que, subjetividades, símbolos, significados, religião, ideologias e representações passam a ter margem de pertinência, de necessidade metodológica nas pesquisas, no ensino e em trabalhos de extensão no bojo desta disciplina. Não havendo, porém, uma convergência teórico-metodológica ou o abandono de qualquer categoria tradicional, inclusive de algumas características herdadas dos naturalistas mais antigos, que se sobressaem no âmbito da discussão sobre a paisagem.

Para Claval (2001) é nos últimos 40 anos, ou seja, a partir de 1970 que a geografia passa efetivamente a contribuir com suas pesquisas e trabalhos sobre este tema em específico. Pois, suportando em suas correntes bases fenomenológicas e críticas, ela cunha gradativamente um conhecimento mais totalizante da realidade, ampliando as variáveis em suas análises e corroborando para uma aproximação entre seus autores.

Assim nos mostra Diniz Filho (2002) que apesar da fragilidade em certos pontos dessa aproximação, a união entre marxismo e a fenomenologia humanista possibilitou avanços no tratamento de temas para além do plano econômico. Para o autor, essa tendência é adequada ao livrar a geografia de um marxismo ortodoxo, “rançoso” em suas palavras, fato agora capaz de direcionar as pesquisas para outras temáticas. Assim também acredita Gomes (1996),

explicando que a associação do humanismo metamorfoseado (distante do subjetivismo e do idealismo inicial) com o materialismo dialético se desdobra em perspectivas que passam a viabilizar estudos inéditos, associados à cultura e cidadania, superando em grande parte o caráter cientificista da geografia, como também a confusão de níveis de interpretação entre o individual e o social. Nigro (2010: 69) expõe que a geografia renovada pela confluência entre humanistas e marxistas “[...] tem contribuído até hoje para um aprofundamento das pesquisas geográficas sobre as questões culturais e simbólicas”. Isso, no entanto, também desperta uma crítica profunda de autores, que acreditam numa problematização paradoxal ou mesmo de se esvaír um tratamento mais profundo de cada perspectiva em função dessas aproximações. De forma que no Brasil, referências de cada linha, em mesas e falas recentes, traduzem essas preocupações<sup>2</sup>.

A ideia de paisagem sofre amplas reformulações conceituais, sobretudo pelas críticas formuladas à Escola de Berkeley. Já que a paisagem estaria no centro de discussão das relações entre a sociedade e natureza pela geografia, e estas também passavam por novas concepções teóricas, é evidente a força inercial regida no entendimento mais generalizante sobre ela. Como tal, a paisagem se torna muito usual nos estudos predominantemente de base fenomenológica, ainda que as vertentes radicais também passassem a utilizá-la em menor expressão.

Algumas questões já superadas na sistematização do conceito de paisagem ainda prevalecem no pensamento em geografia, deixando-o numa situação menos usual perante a utilização de conceitos como espaço, região ou território. Ainda

<sup>2</sup> Lembramos a fala da Profa. Dra. Livia de Oliveira, em palestra no 5º Encontro Diálogos Geográficos: Geografia Humanista Cultural, em 2009 no Depto. de Geografia (IGCE-UNESP), revelando a inviabilidade de tal aproximação. Assim também da crítica mais recente, estabelecida nesse sentido pelo Prof. Dr. Elvio R. Martins, em debate numa das mesas do XVII ENG (UFMG, 2012).

que este fato careça de um aprofundamento mais estruturado, com base no levantamento de estudos em diferentes meios de publicações, algumas pistas podem ser delineadas pela leitura de referências em geografia cultural nas últimas décadas. Uma primeira evidência é a herança naturalista agregada historicamente ao conceito, mesmo a ideia de paisagem revelando-se por uma dimensão cultural. Depois o caráter do concreto, do visível ou perceptível que a mesma evoca, negligenciando, por exemplo, elementos simbólicos inerentes às formas, evidente na crítica de Claval (2001: 52) ao destacar que “[...] durante muito tempo, os geógrafos supuseram que seu julgamento pessoal bastava para compreender os significados sociais e culturais conferidos no espaço. Suas análises repousam, em grande medida, sobre as paisagens – e estas podem enganar”.

Destes “abusos” sobre a conceituação de paisagem, alguns mais fundamentais são trazidos por Ribeiro (2010), como “o monopólio da descrição visual” (referência a perspectiva cênica); “a paisagem como algo dado” (a paisagem como via de mão única de interpretação); “a paisagem não histórica” (não considerada sobre um processo dinâmico de construção); “a paisagem só histórica” (analisar apenas a história da formação da paisagem); “a paisagem não cultural” (paisagem sem intervenção humana não é paisagem cultural); “miscelânea de conceitos e abordagens” (excessos e antagonismos em abordagens teórico-metodológicas); “tudo é paisagem”, ou seja, tudo é explicado pela paisagem (Ribeiro, 2010).

No caso do Brasil mais especificamente, a década de 1990 marca o ponto de emergência dos estudos caracteristicamente culturais em geografia. Para Corrêa (2005: 97) os trabalhos relacionados ao espaço e a cultura foram negligenciados até então, e apesar de um tratamento nas análises regionais, não havia “[...] a consciência de que a cultura, em suas múltiplas manifestações, poderia ser tema central nas pesquisas”. Este quadro é responsável pela criação de uma identidade

própria à disciplina, onde sua difusão se faz principalmente por via do processo de ensino institucionalizado nas escolas, fato diferenciado de países como os Estados Unidos. Não apenas a pluralidade é realçada, mas também os próprios conteúdos culturais estão mais presentes. De forma que a sua leitura pela paisagem é um mecanismo fundamental de apreensão dos sistemas de ações e objetos, apoiando-se em fenômenos como o de territorialidade e do espaço geográfico em um sentido mais totalizante e distante da dicotomia entre natureza e cultura.

### **A DESNECESSÁRIA QUALIFICAÇÃO DA PAISAGEM NO FIM DA DICOTOMIA ENTRE NATUREZA E CULTURA?**

O geógrafo norte-americano Neil Smith, em sua obra *Uneven Development* (1984), desenvolve reflexão fundamental do conceito de natureza, que subsidia parte do debate proposto por esta pesquisa a respeito da questão cultural na sociedade contemporânea. Sob um prisma explicativo renovado, com variáveis resultantes do processo de ruptura das bases tradicionais nas ciências humanas e na construção de uma geografia subversiva, Smith (1984) defende que a ideia de natureza careceria de profunda renovação. Ora pela condição diferenciada do modo de produção atual, ora pelo caráter dual que as relações entre natureza e sociedade ainda são compreendidas no bojo da ideologia burguesa. Sendo paradoxal pela aparência elusiva, a natureza pode ser sem muito rigor, definida como matéria não apropriada e, pois, não transformada pelo homem. Ou seja, é a própria antítese da produção humana. Segundo Lefebvre (1979), ao tratar do estudo das necessidades, um processo metabólico instaurado pelo trabalho emergiria o homem da natureza, mas este sem poder se separar dela<sup>3</sup>.

Se tomarmos a paisagem para além de suas formas, pensando seu conteúdo diante de uma estrutura mais ampla, do processo histórico e geográfico em que

se insere, pode-se colocar em relevo que ela é, cada vez mais, produto cultural de uma sociedade globalizada e mesmo que intocada pela ação humana, na prática ela é objetivada econômica e politicamente. Torna-se estratégica, recurso, onde, dialeticamente, sua produção – cada vez mais viabilizada pelo desenvolvimento técnico e científico – é também por si mesma realizada, já que os homens a priori são constituídos e amparados pela própria força da natureza. Mais que recurso ou valor econômico, a natureza expressa em sua paisagem instâncias que perpassam múltiplas dimensões estéticas, simbólicas e ideológicas relativas a diferentes tipos de sociedades e culturas. Portanto, a paisagem não requer necessariamente uma adjetivação. De fato, sua qualificação assegura uma zona de segurança perante indivíduos e grupos, em que alguma tradição ainda impere em determinados meios profissionais. Por outro lado, pode gerar certas resistências que inviabilizam as críticas e impedem uma dinâmica de transformação do próprio conhecimento gerado.

A especialização do conhecimento sobre a natureza e cultura resultou numa dualidade ampliada, dificultando o próprio alcance da noção de totalidade. No entanto, esse reconhecimento já é algo capaz de sustentar parte da própria transição paradigmática nas ciências, evidenciando que

*[...] como quer que seja, dada a assimetria original entre a*

<sup>3</sup> “[...] O homem difere do animal na medida em que, para conseguir o objeto de suas necessidades, criou instrumentos e inventou o trabalho. A necessidade é, ao mesmo tempo, ato (atividade) e relação, em si mesma complexa, com a natureza, com outros seres humanos, com objetos. Pelo trabalho o ser humano domina a natureza e se apropria parcialmente dela. Ele chega a ser ‘contra a natureza’ em dois sentidos: enquanto labor, existe esforço e disciplina, modifica a natureza em torno do homem e dentro do homem. O trabalho torna-se uma necessidade. Os sentidos são cultivados e apurados pelo trabalho. As necessidades mudam e são cultivadas, porque o trabalho as modifica, apresentando-lhes novos bens. Assim o homem emerge da natureza, sem poder se separar dela. O prazer reconcilia o homem com seu fundamento, a natureza. Por um momento, ele põe fim à cisão, à luta, ao rompimento” (Lefebvre, 1979: 32).

*distinção ôntica e a distinção epistemológica, as alterações ônticas do par natureza/cultura têm consequências epistemológicas: gradualmente, todas as ciências serão concebidas como ciências sociais. Hoje em dia, a distinção entre natureza e cultura é já o mero resultado da inércia. (Santos, 2005: 89).*

Para o autor, a superação da dualidade natureza/cultura pelo desenvolvimento da produção-destruição técnica, da crítica epistemológica do etnocentrismo, do androcentrismo (dominação patriarcalista, do homem sobre a mulher) da ciência moderna, é importante passo para a transição paradigmática presente, ao mesmo tempo, “[...] um passo particularmente difícil” (Santos, 2005: 89).

Um dos principais resultados deste processo de renovação teórica foi “[...] a relativização no peso do cientificismo na teoria marxista, limitando a importância do rigor metodológico, da referência às leis e do finalismo profético dos textos fundadores” (Gomes, 1996: 301). Ainda que a perspectiva integrada da natureza e cultura pensada por Smith (1984) esteja substanciada pela ideia de produção, referência às dimensões econômicas e políticas projetadas por um entendimento de mundo marxista, as suas principais referências analíticas avançam em questões pouco exploradas para a época na geografia e as distanciam das críticas sobre os propósitos de uma superação paradigmática que se aproxima do liberalismo – como as colocada por Santos (2005). Portanto, as diferenças entre estes autores situam-se mais no tema do desenvolvimento científico, ou das justificativas e hipóteses de trabalho em uma escala mais ampla, do que propriamente sobre o entendimento entre cultura e natureza. Ambos compartilham, entre outras ideias, da renovação do conceito de natureza, avançando em debates teóricos e em metodologias que rompem com as dicotomias das ciências naturais e sociais,

da fragmentação e totalidade do saber e com a relação entre sujeito e objeto.

As paisagens, portanto, só existem em relação à sociedade, de tal forma onde “[...] o que a natureza sugere, o imaginário social traduz e transforma em artefatos” (Paes Luchiari, 2001: 22). Ou como pensa Zukin (1996: 206) a “paisagem é o conceito chave para nos apoderarmos da transformação espacial”, já que ela permite, enquanto constructo social, reconhecermos sua “forma material a uma assimetria do poder econômico e cultural” (Zukin, 1996: 206).

Compreendendo assim, “[...] a cultura passou de artefacto intrometido num mundo de natureza à expressão da conversão da natureza em artefacto global”. Neste sentido evidencia-se o papel da técnica para uma aproximação empírica entre natureza e cultura. Agora, porém, levando em conta que “[...] esta transformação só foi possível porque a natureza enquanto objecto de conhecimento foi sempre uma entidade cultural e que, por isso, desde sempre as ciências ditas naturais foram sociais” (Santos, 2005: 85). Conforme Moreira (2004), considerando aqui diferenças entre uma disciplina científica e uma concepção de mundo, a natureza no pensamento marxista representaria uma fundamentação mais ampla na constituição ontológica do homem.

Ôntica ou epistemologicamente, a paisagem natural é então dialeticamente a própria paisagem cultural. Se provisoriamente combatida a dualidade natureza/cultura, seja pelas ideias de Smith (1984) ou por Santos (2005), há um processo mais facilitado de entendimento sobre a revalorização estética e de apropriação da paisagem. Sobretudo a partir de problematizações contemporâneas, como a da emergência do patrimônio histórico e cultural e sua representatividade seletiva de grupos e artefatos específicos ligados aos diferentes tipos de organização social. Afinal, como aponta Laraia (2001) “o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. [...] A manipulação adequada e criativa desse



patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade.” (Laraia, 2001: 45).

### **ESPAÇO URBANO, PAISAGEM E A EMERGÊNCIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

As cidades ocidentais passam por profundas transformações nas últimas décadas. O temário da cultura é considerado um dos meios propulsores deste processo, tanto na gênese e promoção de novos usos e pensamentos sobre o espaço e tempo, como resultante das metamorfoses no cotidiano dos lugares. Ao estar diretamente associada às políticas públicas de intervenção urbana, a questão do patrimônio histórico e cultural torna-se uma das peças-chave fundamentais na apreensão desta nova realidade. Por sua vez, a paisagem é retomada como categoria normativa das políticas de preservação, numa clara tentativa de ampliar os bens protegidos para além da ambientação dos “edifícios maiores”, fato que ainda não se concretiza, sobretudo pela análise de referenciais empíricos em diferentes situações.

### **O URBANO E A CIDADE: PATRIMÔNIO CULTURAL COMO FORMA E CONTEÚDO**

Tal referência contextual evidencia significativa mudança no movimento dos fluxos e a difusão de novas ideias e comportamentos. Nesta perspectiva, o conceito de urbano passa a ser compreendido como um referencial cada vez mais abstrato, geral e externo. O que para Castells (2000) se realizaria sob duas relações específicas: a da concentração espacial da população, a partir de certos limites de dimensão e de densidade e, a segunda, sob o fenômeno da difusão do sistema de valores, atitudes e comportamentos, denominado “cultura urbana”,

que se refere aos padrões do sistema cultural característico da sociedade industrial capitalista. Todavia, concentração humana, forma espacial e conteúdo cultural não fundamentam inteiramente o estudo do urbano, adverte o autor, explicando que a análise de algumas relações estabelecidas historicamente entre o espaço e a sociedade é que permitirá fundamentar objetivamente seu entendimento (Castells, 2000).

A cidade, por sua vez, desponta como um espaço cujos fenômenos são particulares, concretos e internos. Define-se enquanto uma paisagem característica, de tempos e espaços diferentes, com formas e conteúdos próprios, tendo por natureza intrínseca a dimensão humana. Ela representa o modelo e a estrutura social de diferentes lugares e momentos, com temporalidades e dinâmicas espaciais específicas e em comum. Sua dimensão requer, por um lado, a análise geral e ampla da sociedade urbana e, por outro, a especificidade das relações e particularidades do lugar. Conforme Abreu (1998: 12) “se abandonarmos essa dimensão poderemos até recuperar o urbano, mas não a cidade [...]”. O mesmo autor conclui que “[...] é necessário reconhecer, primeiramente, que cada lugar é, ao mesmo tempo e em cada momento histórico, o ponto de intersecção de processos sociais que se desenvolvem em diversas escalas” (Abreu, 1998: 12).

Pela totalidade espaço-tempo delineada, das definições entre urbano e cidade, é que os lugares dão sentido para as principais especificidades, cujos espaços foram e continuam a ser organizados e produzidos socialmente ao longo das etapas do processo histórico. Como tal, “acreditamos que toda comunidade é síntese singular da realização de lugares e pessoas, podendo ser mais compreendida nas formas mais ou menos intensas de representação de sua singularidade” (Carvalho, 1999: 101). No entanto, os lugares não podem ser plenamente compreendidos sem a ampliação das escalas de análise para níveis

de espaços e tempos hierarquicamente superiores e mais amplos, como a região e o mundo, ou os períodos e regimes. “Entender como esses processos se entrecruzaram sincrônica e diacronicamente num determinado lugar é portanto o primeiro passo para a recuperação da memória das cidades” (Abreu, 1998: 12).

Essas singularidades, representadas em grande medida pelo legado histórico e cultural nas cidades, passam no período contemporâneo a uma nova articulação, cujo turismo e suas políticas acentuam a renovação de áreas, destacam heróis, banalizam “jecas”, associam os lugares e paisagens a uma realidade parcial e por vezes tendenciosa. Soma-se a isso a velocidade das transformações materiais e simbólicas sobre o espaço geográfico, que resulta, cada vez mais, no descompasso entre a vida humana (de uma geração) do tempo urbano (extremamente mutável), e assim, na dificuldade de reconhecimento e identidade dos lugares por seus cidadãos. Como destacado por D. Harvey (2005), há uma corrida frenética por marcos de distinção e capital simbólico entre as cidades do sistema mundo, já que estes elementos funcionam generalizadamente como mecanismos de atração dos fluxos de capital. Ainda que a ótica pela economia política da cidade revele a gradativa mercantilização dos espaços representativos da memória, da concretude histórica, outras características e fenômenos, como as disputas e conflitos gerados em torno da apropriação do patrimônio cultural, se fazem presentes numa articulação dialética, em que tais práticas e ordenamentos não cessam de englobar conjuntos cada vez mais expressivos do espaço geográfico.

Mesmo com as potencialidades oferecidas por este contexto, a unilateralidade de uma abordagem setorial, segundo uma ótica preponderantemente econômica e culturalmente tendenciosa do tema, tem desarticulado determinadas práticas sociais, impedido a formação de um quadro mais democrático e justo, entre

outras dificuldades que se desenvolvem no âmbito dos bens históricos e culturais nas cidades. Em países subdesenvolvidos esta situação possui especificidade, sobretudo pela baixa condição institucional do Estado e a ausência ou burocratização no processo de participação popular no planejamento local, incidindo no agravamento e instabilidade da sua estrutura política.

Torna-se fundamental neste sentido tratar a atuação do Estado e o mercado, já que em muitos casos, a patrimonialização insere-se na busca pela captação de recursos para intervenções que possibilitem sua inserção no disputado rol das localidades turísticas. E, neste caso, deslocada dos interesses sociais, da memória, dos mecanismos de produção do conhecimento e realização humana, naquilo que com base em Milton Santos, Costa (2010: 15) vai problematizar sobre a função dos novos instrumentos técnicos e informacionais, que “[...] transformam os territórios na busca do lucro, da renda e da submissão do trabalhador: um misto de desejo e necessidade, causa e consequência, produção e produto da sociedade do século XXI”.

### **O PATRIMÔNIO NA MODERNIDADE, A EMERGÊNCIA DA PAISAGEM E O PAPEL DA CIDADE**

Contrariamente ao entendimento mais restrito e ligado a determinados monumentos apenas, a leitura da teoria patrimonial na sociedade contemporânea permite compreender as práticas e também as políticas de proteção sobre uma infinidade não quantificável de elementos.

Com a concepção tomada a partir dos Estados modernos – expressão da organização política e social da classe burguesa – o conceito de patrimônio assume uma vinculação direta com símbolos e manifestações culturais numa incessante busca pela materialização da ideia de nação. Residindo nesta realidade

um conjunto de dificuldades permeado pelo direcionamento de políticas e ações de representação seletiva dos artefatos e de elementos imateriais e intangíveis de uma sociedade. No que Fonseca (1997: 12) associa, a partir da produção de um universo simbólico enquanto objeto de ação política, como desafios principais da legitimidade do patrimônio; “[...] ao mesmo tempo, buscar o consenso e incorporar a diversidade”.

Incorporar à produção de vínculos identitários na questão da cultura nacional, no entanto, é algo duvidoso e complexo, levando em consideração a diversidade de seus membros e, portanto, a representatividade da cultura por uma face unificada segundo esta perspectiva<sup>4</sup>.

A formatação de uma nova ordem jurídico-institucional, submetida pelo ideário burguês através do Estado-nação, revoluciona de forma universalizada os processos de seleção, proteção e divulgação do patrimônio cultural. Mesmo não solapando a diversidade cultural, essa nova ordem passou a “costurar” as diferenças culturais (Hall, 2006), onde as classes hegemônicas, como Castro (2012) descreve,

*[...] conseguiram traduzir seus interesses como interesses ge-*

<sup>4</sup> Hall (2006) nos lembra que a ideia de nação se refere tanto ao Estado-nação moderno, quanto algo mais antigo e ligado a comunidades locais por meio da noção de natio. Evidenciando assim o próprio caráter dual de uma possível cultura nacional baseada em sua própria etimologia, já que o conceito, em seu bojo, revelaria essa distinção. Portanto a força revelada por um processo unificador implica no questionamento sobre sua eficácia no sentido de anular ou subordinar as diferenças culturais. “Para dizer de forma mais simples: não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional. Mas seria a identidade nacional uma identidade unificadora desse tipo, uma identidade que anula e subordina a diferença cultural?” (Hall, 2006: 59).

*rais da sociedade, principalmente a partir das revoluções burguesas, criando instituições que reforçavam seu lugar de poder na estrutura social, e padrões racionalizados de condutas que englobassem as práticas dos indivíduos. (Castro, 2012: 38).*

Além dos pressupostos ligados ao conceito de herança dos bens materiais comuns ao passado da comunidade e do papel que as revoluções burguesas acarretaram sobre seu entendimento e apropriação pela perspectiva de nação, a ideia de patrimônio hoje é ampliada e vem designar outras importantes referências, inclusive aquelas ligadas diretamente aos interesses do capital. Destas noções, a ideia de reflexividade é uma importante referência, sintetizada por Jeudy (2005) como uma necessidade da sociedade ver o reflexo de si própria em objetos e locais<sup>5</sup>, sendo uma das justificativas da patrimonialização. Outras referências contemporâneas, como o discurso da perda (Gonçalves, 2002), também são construções recentes, podendo traduzir uma série de intencionalidades. Estas, por sua vez, evidenciam uma estreita relação entre Estado, mercado<sup>6</sup> (Costa, 2011) e interesses difusos ligados à memória e as formas ou possibilidades de apropriação e legitimação de culturas e territórios (Castro, 2012). Remetendo a uma mentalidade comum e significativa da cultura de massa (Choay, 2006). Ou a objetivos políticos e sociais de resistência contra os riscos de desestruturação (Jeudy, 2005) e ainda hoje a um discurso que consubstancie e legitime um sentido de nação (Hall, 2006).

<sup>5</sup> *Esta reflexividade e seu aprofundamento seriam mais contundentes como no exemplo de Carvalho (1999: 100), em que pessoas ao buscarem interagir com outros grupos, viajando e conhecendo os lugares, ao retornarem passam não somente a “olhar” o seu lugar, mas a “vê-lo”. “Modifica o seu ‘ser’ e, conseqüentemente, o seu ‘estar’. Passa-se não somente a olhar, mas a ‘ver’ o seu lugar [...]. Pela alteridade, resgata-se a identidade.”*

Em que pese à função normativa do Estado no tocante às políticas patrimoniais, no decorrer do século XIX e princípio do século XX, em muitos casos, sua ação foi limitada a áreas ou elementos em processos litigiosos, sobretudo naqueles de caráter mais monumental. Soma-se a isso, ao longo do século XX, conforme destaca Carlos Lemos (2006), a influência de diretrizes internacionais na regulação do tema, sintetizadas em reuniões de arquitetos e urbanistas, intelectuais ligados aos respectivos órgãos estatais de seus países, despontando no período sob a auspiciosa missão de concretizar as normas e especificações na abordagem do tema<sup>7</sup>. O que daria origem às cartas patrimoniais e novas perspectivas de abrangência do Estado para a tutela da cultura. Passando ao longo do século de uma abordagem mais restritiva do patrimônio, como na Carta de Atenas (1931), até um enfoque amplo em que se inserem, por exemplo, a paisagem cultural e o patrimônio imaterial, como nas Cartas de Veneza (1964), na conferência francesa de 1992 – em que se adotou a paisagem cultural como conceito e tipologia pela UNESCO para o reconhecimento dos bens culturais. Outras reuniões e congressos internacionais deram continuidade a esse dinâmico processo.

*<sup>6</sup> Como ilustram Costa & Scarlato (2012: 104), na transição de modelos de gestão e planejamento urbano, do administrativismo para o empreendedorismo após 1970, o patrimônio seria peça-chave “[...] à constituição das novas redes de lugares materializadas pelas possibilidades concretas do capital financeiro global. É um processo universal catalisado pela interação dialética Estado-mercado, que busca novas maneiras de apropriação empreendedora das e nas cidades, tornando-as símbolos de cultura e de mercadoria, de valor simbólico e de valor econômico, na perspectiva ideológica e soberana de ações que setorizam as cidades para intervenções; os espaços (e as cidades) tornam-se o fundamento político-ideológico de uma hegemonia produzida no espectro patrimonial global”.*

*<sup>7</sup> Entende-se como Fonseca (1997: 12) que “os intelectuais que estão direta ou indiretamente envolvidos com uma política de preservação nacional fazem o papel de mediadores simbólicos, que já que atuam no sentido de fazer ver como universais, em termos estéticos, e nacionais, em termos políticos, valores relativos, atribuídos a partir de uma perspectiva de um lugar no espaço social. E são também os intelectuais que, ao apontarem, no exercício de sua função crítica, o caráter arbitrário da representação vigente do patrimônio, atuam no sentido de sua transformação”.*

As cartas resultantes revelam as formas de pensar o espaço produzido pelo homem, tornando-se de fundamental relevância ao entendimento da constituição das noções de patrimônio e de monumento tal qual marca o cotidiano das cidades e do campo na atualidade. Se os conjuntos históricos ainda eram pouco pensados na década de 1930, em 1960 já é possível observar uma mudança de concepção sobre a preservação de áreas mais amplas. Não somente os bens materiais passam pela patrimonialização, mas todo um conjunto de aspectos culturais, que vão de ritos a costumes, de festas religiosas às profanas. Torna fundamental um entendimento mais amplo das questões patrimoniais sob escalas internacionais e suas influências no âmbito nacional. Tratando-se, pois, de uma leitura fundamentadora do contexto em que estão situadas as práticas modernas de patrimonialização.

No contexto das cidades, desde a Carta de Atenas (1931) é possível observar a ênfase e recomendação para preservação do conjunto de elementos com relevância cultural. Ainda que com sua leitura e conforme análise de Ribeiro (2007), esta prática se devesse mais a ambientação do elemento particular do que propriamente ao conjunto em si. O termo paisagem vai sendo ao longo do século XX inserido cada vez mais nas convenções internacionais, ainda que sem necessariamente realizar uma conceituação mais específica da sua ideia, quando em 1992 acaba por ter um tratamento mais amplo e integrado sobre os bens culturais. “A adoção da categoria de paisagem cultural pela UNESCO, em 1992, se diferenciou dessas concepções anteriores, por adotar a própria paisagem com um bem, valorizando todas as inter-relações que ali coexistem.” (Ribeiro, 2010: 40-41).

Fonseca (1997) compreende que a ampliação da noção de patrimônio e a sua legitimação via direitos culturais fica evidenciado no século XX com a introdução patrimonial dos modos e costumes dos ‘esquecidos’ pela história



factual, como a dos operários, camponeses, imigrantes e minorias étnicas. Demonstra por meio de sua rica experiência no âmbito do trabalho e da pesquisa junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que estudos etnográficos desenvolvidos por diferentes áreas e segmentos do conhecimento têm contribuído para uma mudança nas concepções tradicionais de patrimônio. Apesar das dificuldades que permeiam as legitimações culturais pela conservação de ícones e símbolos representantes das camadas populares, segundo ela atualmente as lutas e reivindicações por uma sociedade mais justa e democrática também atinge essa face da política, do planejamento e da gestão patrimonial (Fonseca, 1997).

No entanto, tais avanços são incipientes, devido às práticas que persistem em dar exclusividade e legitimidade ao patrimônio das hegemonias regionais e não da totalidade social. Enquanto construção social, a cidade relaciona-se a representações e valores. Ela é subordinada a um olhar determinado pela ótica das lideranças políticas, religiosas, econômicas e dos atores privilegiados no processo de produção da cidade. Também entendendo dessa maneira, Sánchez (2003: 531) aponta que a representação da cidade “[...] encontra-se, portanto, subordinada à visão de mundo daqueles atores que se impõem nos processos de produção do espaço e que são ao mesmo tempo aqueles que ocupam posição privilegiada para enunciar uma intenção de cidade”.

A luta pela legitimação cultural se faz por uma série de práticas e de discursos travados nos mais amplos níveis da realidade social, e desenvolvidos pelos diferentes tipos de conhecimento, que se materializam no espaço de maneira contraditória, cujos elementos podem servir de arcabouço para que se entenda a articulação de diferentes forças, interesses, ideologias e identidades por trás dos lugares. Assim, a ideologia, tomada por um meio mais específico e criticamente é uma tentativa de apreender o mundo a partir dos discursos, das

ideias, dos textos, de outros elementos simbólicos, materiais, atividades difundidas por todos e que, com base em Diniz Filho (1993: 67), pode ser um esforço de “[...] entender o modo como as concepções sobre o espaço, geradas e difundidas no interior de uma dada formação nacional, terminam por influir no processo de construção do espaço e na própria história dessa formação”. O que para Canclini (2006) residiria em algo central, ao mesmo tempo, se converteu em uma variável pouco suspeita nessa “cumplicidade social” no sentido de legitimar ideologias e comportamentos em torno de uma identidade nacional. Mais que isso, passou a ser algo naturalizado, verdadeiro, recebido do passado e protegido para o futuro.

De fato a análise da cidade a partir de seu patrimônio cultural implica num esforço mais acentuado e urgente da geografia assumir os novos desafios postos em torno deste tema, já que de extrema complexidade, “a categoria patrimônio serviria como ponte, mediação entre dimensões que foram tratadas comumente na ciência moderna como oposições – o material e o imaterial, o sujeito e objeto, o corpo e o espírito, o sagrado e o profano, o passado e o presente [...]” (Paes, 2009: 162).

Mais que as contradições anteriormente apontadas, a questão patrimonial desperta temas abstratos, como bem pontuou Arantes Neto (2006) basicamente relacionados às questões históricas e materiais de formação, em seus contextos de origem, dos bens culturais focalizados pela prática patrimonial e os valores a eles atribuídos nesses contextos. Depois, sobre os processos de transformação desses bens em objetos oficialmente protegidos, incluindo identificação, documentação, proteção, promoção e, por último, quanto à sua (re)apropriação, prática e simbólica, por grupos sociais em circunstâncias determinadas. Portanto, sendo o espaço urbano destacadamente o lugar da vida social e de sua

reprodução, compreende-se como Corrêa (2005) que ele envolve o cotidiano e o futuro, despertando valores, mitos, utopias, conflitos. Criados no bojo da sociedade de classes e, em parte, traduzidos em formas espaciais; como nos monumentos, ruas, favelas, bairros. Por isso a busca pelo entendimento destas questões mostra um amplo trajeto permeado por intensas transformações, dinâmicas entrelaçadas sobre formas, conteúdos e significados em constante processo de mudança.

Neste jogo, como destaca Paola B. Jacques prefaciando a obra de Jeudy (2005: 10), “torna-se, pois, de fato, cada vez mais urgente, a respeito das cidades contemporâneas, um questionamento mais complexo e crítico da noção de patrimônio cultural e das práticas de intervenção urbanas que lhe são tributárias”. Pois a necessidade de ampliação de espaços públicos, de vias de circulação, da construção de estabelecimentos comerciais, calçamentos e outras mudanças no espaço intra-urbano são exemplos de intervenções comuns no presente e perpassam, dentre outras práticas, por uma regulação específica no plano do ordenamento territorial e da análise e estudo dos organismos de defesa patrimonial. Essas ações ainda buscam, por vezes, um respaldo no universo do desenvolvimento local, apoiadas por ações em políticas de modernização, o que nem sempre se constituem nos interesses coletivos da sociedade, menos ainda na produção organizada dentro de disciplinas como a geografia ou a antropologia e em que a paisagem é um dos conceitos subsidiários mais fundamentais.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A leitura integrada da realidade contemporânea pelo entendimento crítico do espaço é dificultada basicamente pela amplitude de elementos e variáveis nele presente, além de ações e processos metabolicamente dinâmicos e efêmeros. Cada caso, resultante da acumulação de diferentes estruturas e regimes de tempo, possui um conjunto geral e peculiar de rupturas e de resistências, de

descontinuidades e permanências, uma história ainda pouco explorada e de uma geografia complexa ligada às múltiplas escalas espaciais. As condições materiais para seu esclarecimento são débeis, definham nos entraves engendrados por uma realização científica pragmática, utilitarista, deslocada dos grandes e reais problemas atuais. Sua superação carece da retomada de questões mais amplas e remete ao desenvolvimento das próprias ciências humanas e sociais no período atual. Carece da apreensão mais verdadeira entre as relações funcionais e simbólicas ligadas ao cotidiano do cidadão com o espaço público e ao “patrimônio coletivo” a ele associado.

E isto não se desenvolve sem uma contradição inerente: que perpassa por disputas e interesses de classe, pela homogeneização de funções nessas áreas, pelo processo de expulsão dos moradores tradicionais do local, por lutas em torno de ideologias, pela concentração dos recursos e esforços em torno da preservação de áreas determinadas. O potencial expressado pela paisagem nesta incessante busca pelo conhecimento, na realização de uma sociedade ciente do papel sobre sua produção e reconhecedora da cidade como fruto de um trabalho coletivo, permite importantes avanços e uma possível legitimação democrática da cultura, permeada por perspectivas mais humanas e sensíveis de relações históricas e geográficas das comunidades, dos grupos e indivíduos por meio de seus bens patrimoniais. Cabe assim, não só o estímulo ao tratamento mais detalhado do tema pela geografia, seja pela educação escolar, pela pesquisa, nos projetos de extensão, no planejamento urbano e regional. Enfim, a pesquisa não pode estar distanciada desta perspectiva, enquanto ação ativa no processo de transformação social. Enquanto meio de uma práxis capaz de reverter uma nova forma de colonização simbólica, material, espetacularizada nas cidades e no cotidiano.

**BIBLIOGRAFIA**

- ABREU, M. A. (1998). Sobre a memória das cidades. In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo (SHCU), 5, 1998, n. 1, Campinas: Unicamp. Artigos, p. 1-19. CD-ROM.
- ARANTES NETO, A. A. (2006). O Patrimônio Cultural e seus Usos nas Cidades Contemporâneas. In MORI, V. H.; SOUZA, M. C. de; BASTOS, R. L.; GALLO, H. (org.) Patrimônio: atualizando o debate. IPHAN, São Paulo: p. 54-58.
- CANCLINI, N. G. (2006) Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: Edusp, 416 p.
- CAPEL, H. (1981) Filosofia y Ciencia en la Geografía Contemporánea. Barcelona: Barcanova, 509 p.
- CARVALHO, P. F. (1999). Patrimônio Histórico e Artístico nas Cidades Médias Paulistas: a construção do lugar. In YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (org.) Turismo: espaço, paisagem e cultura. 2. ed. Hucitec, São Paulo: p. 100-113.
- CASTELLS, M. (2000) A Questão Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 509 p.
- CASTRO, B. (2012). Patrimônio Cultural Plural e Singular: a dupla face da mesma moeda. In COSTA, E. B.; BRUSADIN, L. B.; PIRES, M. C. (org.) Valor Patrimonial e Turismo: limiar entre história, território e poder. Editora Outras Expressões, São Paulo: p. 37-45.
- CHOAY, F. (2006) A Alegoria do Patrimônio. 3. ed. São Paulo: UNESP, 288 p.
- CLAVAL, P. (2001). O Papel da Nova Geografia Cultural na Compreensão da Geografia Humana. In ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (org.) Matrizes da Geografia Cultural. EdUERJ, Rio de Janeiro: p. 35-86.
- CORRÊA, R.L. (2005) Trajetórias Geográficas. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 304 p.
- CORRÊA, R.L. (2001). Carl Sauer e a Escola de Berkeley: uma apreciação. In ROSENDAHL,

- Z.; CORRÊA, R. L. (org.) Matrizes da Geografia Cultural. EdUERJ, Rio de Janeiro: p. 9-33.
- CORRÊA, R. L. (2011) Sobre a geografia cultural. In: [http://www.ihgrgs.org.br/Contribuicoes/Geografia\\_Cultural.htm](http://www.ihgrgs.org.br/Contribuicoes/Geografia_Cultural.htm)
- COSGROVE, D. E. (1998). A Geografia está em Toda Parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.) Paisagem, Tempo e Cultura. EdUERJ, Rio de Janeiro: p. 92-123.
- COSTA, E. B. (2010) A Concretude do Fenômeno Turismo e as Cidades-Patrimônio-Mercadoria: uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 184 p.
- COSTA, E. B. (2011). Totalidade urbana e totalidade-mundo. As cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global. 427 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- COSTA, E. B.; SCARLATO, F. C. (2012). Patrimônio da Humanidade: universalismo de um apoderamento territorial soberano. In COSTA, E. B.; BRUSADIN, L. B.; PIRES, M. C. (org.) Valor Patrimonial e Turismo: limiar entre história, território e poder. Editora Outras Expressões, São Paulo: p. 103-136.
- DINIZ FILHO, L. L. (1993) O “monumento dos bandeirantes”: um estudo crítico sobre as relações entre espaço, política e cultura. Boletim Paulista de Geografia, n. 71, p. 65-82.
- DINIZ FILHO, L. L. (2002). Certa Má Herança Marxista: elementos para repensar a geografia crítica. In MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (org.). Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea. Editora da UFPR, Curitiba: p. 77-108.
- FONSECA, M. C. L. (1997) O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 114 p.
- GOMES, P. C. C. (1996) Geografia e Modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 366 p.
- GONÇALVES, J. R. S. (2002) A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 147 p.

- HALL, S. (2006) *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 102 p.
- HARVEY, D. (1992) *A Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 349 p.
- HARVEY, D. (2005) *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 251 p.
- IPHAN (2008) Carta de Atenas. Atenas, novembro de 1933. In: [http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=DA50834nE9000EBEE2814DD490EB9E767?id=233\\_](http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=DA50834nE9000EBEE2814DD490EB9E767?id=233_)
- IPHAN (2008) Carta de Veneza. Veneza, de 25 a 31 de maio de 1964. In: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=DA50834E9000EBEE2814DD490EB9E767?id=236>
- JEUDY, H. (2005) *Espelhos das Cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 157 p.
- LARAIA, R. B. (2001) *Cultura: um conceito antropológico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 117 p.
- LEFEBVRE, H. (1979) *Sociologia de Marx*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 143 p.
- LEFEBVRE, H. (2010) *Marxismo*. Porto Alegre: L&PM, 128 p.
- LEITE, R. P. (2007) *Contra-usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. 2. ed. Aracaju: Editora da UFS, 376 p.
- MENESES, U. T. B. (2006). *A Cidade como Bem Cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio histórico urbano*. In MORI, V. H.; SOUZA, M. C.; BASTOS, R. L.; GALLO, H. (org.) *Patrimônio: atualizando o debate*. IPHAN, São Paulo: p. 34-77.
- MOREIRA, R. (2004) *Marxismo e geografia: a geograficidade e o diálogo das ontologias*. Revista GEOgraphia, v. 6, n. 11, p. 21-37.

- MUNFORD, L. (1979) *The City in History*. Harmondsworth: Penguin Books, 693 p.
- NIGRO, C. (2010). *As Dimensões Culturais e Simbólicas nos Estudos Geográficos: bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia*. In PAES, M. T.; OLIVEIRA, M. R. S. (org.) *Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural*. Annablume, São Paulo: pp. 55-80.
- OLIVEIRA, R. F. (2010) *Tempos efêmeros e espaços do cotidiano na cidade: o centro de Itu (SP) como patrimônio histórico e bem cultural urbano*. 137 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.
- OLIVEIRA, R. F. (2012) *Patrimônio histórico-cultural: usos e transformações no centro histórico de Itu-SP*. 235p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.
- PAES, M. T. D. (2009). *Patrimônio Cultural, Turismo e Identidades Territoriais: um olhar geográfico*. In BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, Y. (org.) *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Letra e Imagem, Rio de Janeiro: p. 162-176.
- PAES LUCHIARI, M. T. D. (2001). *A (Re)significação da Paisagem no Período Contemporâneo*. In ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (org.) *Paisagem, Imaginário e Espaço*. EdUERJ, Rio de Janeiro: p. 9-28.
- PAES LUCHIARI, M. T. D. (2006) *Patrimônio cultural: uso público e privatização do espaço urbano*. *Geografia*, v. 31, n. 1, p. 29-60.
- QUAINI, M. (1983) *A Construção da Geografia Humana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 153 p.
- RIBEIRO, R. W. (2007) *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 151 p.
- RIBEIRO, R. W. (2010) *Os ídolos da paisagem: caminhos e descaminhos entre paisagem e patrimônio*. In: Congresso Brasileiro de Organização do Espaço e X Seminário de



- Pós-Graduação em Geografia da UNESP (CBOE), 1., 2010, Rio Claro. Artigo, p. 4013-4118. CD-ROM, On-line. ISBN 978-85-88454-20-0.
- SÁNCHEZ, F. (2003) A Reinvenção das Cidades para um Mercado Mundial. Chapecó: Argos, 589 p.
- SANTOS, B. S. (2001) Um Discurso sobre as Ciências. Porto: Edições Afrontamento, 59 p.
- SANTOS, B. S. (2005) Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência. v. 1: Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 5. ed. São Paulo: Cortez, 415 p.
- SANTOS, M. (1996) Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 124 p.
- SÃO PAULO (2003) Secretaria de Cultura do Estado de. Resolução SC-85, de 6-11-2003. In: D.O.E. Poder Executivo, Seção I, São Paulo, 113 (212).
- SEEMANN, J. (2005) Em busca de do lugar de Franz Boas na geografia cultural. Revista Espaço e Cultura, n. 19/20, p. 7-21.
- SMITH, N. (1984) Uneven Development. Oxford: Basil Blackwell, 198 p.
- SMITH, N. (1984) A produção da natureza. Geografia. Rio Claro, v. 9, n. 17/18, p. 1-36.
- ZUKIN, S. (1996) Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando culturas e poder. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 24, p. 204-219.